

Projeto conceitua *bullying* e propõe combate à violência nas escolas

A escola vem enfrentando uma nova forma de violência sistemática entre alunos e professores: o *bullying*. O combate e a prevenção ao problema fazem parte de projeto aprovado pelo Senado

Marina Domingos

A palavra inglesa *bullying*, pela primeira vez, recebe uma definição oficial em língua portuguesa: sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes, causando prejuízos físicos, morais ou psicológicos às vítimas.

O assunto não é novo, mas voltou a ser debatido no Congresso Nacional a partir da aprovação, em março, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 68/2013 (5.369/2009, na Casa de origem), que institui o Programa de Combate à Violência Sistemática (*bullying*).

A principal alteração no texto feita pelo Senado foi retirar a palavra "intimidação" e substituí-la por "violência". Roberta Viegas, consultora de direitos humanos da Consultoria Legislativa do Senado (Conleg), lembra que a alteração foi proposital, porque a relatora na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a ex-senadora Ana Rita, considerou na época que as condutas descritas no projeto "extrapolavam a mera intimidação".

O projeto dá ênfase nesta questão da violência, que é muito menos aceitável que a mera intimidação. Ele não tem o caráter penal, ele é realmente um programa educacional, criado para as escolas, para os educadores, mas é mais enfático nas situações descritas, como situações de violência — explica.

A proposta também faz uma categorização sobre os diversos tipos de violência que poderão ser considerados *bullying*, desde verbal e moral até física e sexual.

Conceito

Ao todo, oito itens explicitam os atos que serão considerados violência sistemática. Para a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho, o detalhamento será importante para o trabalho da comunidade escolar.

— Com o projeto, ficou bem mais claro e ficará muito mais fácil para as escolas lidarem com essa questão, já que agora você consegue definir muito bem como é que isso vai ser tratado e, principalmente, quais as consequências — destacou.

Outra prerrogativa do projeto de lei será o envio de relatórios anuais com ocorrências sobre a violência nos estabelecimentos de ensino. Cleuza informa que será um desafio para a Undime, entidade que congrega 5.570 secretários de Educação municipais.

— Não é muito simples, até porque cada um vai entender de alguma forma a questão do *bullying*. Esse registro é importante, mas nós temos que ver o que será feito desses dados: vai ser só uma pesquisa? Nós temos a questão dos professores e a questão das famílias. Como lidar com esse contexto todo? Nas escolas as coisas afloram mais. Vamos conversar com os dirigentes e tirar uma decisão nas audiências públicas — disse.



Alunos e professores fazem parte do Círculo da Paz, com foco na prevenção do *bullying* e outros tipos de conflito, no Centro de Ensino Fundamental 20, em Ceilândia (DF)

O projeto foi enviado de volta à Câmara dos Deputados e está em análise na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado e, logo após, passará pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa. Se for aprovado,



A juíza Gláucia Foley defende que o diálogo dá lugar à violência nas escolas

ainda deverá ser sancionado pela Presidência da República.

Projeto pedagógico

A titular do Juizado Especial Criminal de Taguatinga, Gláucia Falsarella Foley, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), vê com cautela a discussão do projeto na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Para ela, o *bullying* não se trata de um crime passível de punição, mas sim de responsabilização.

— Eu acho que esse projeto, como um programa, um pacote de combate à violência, é muito bom nesse sentido, porque ele é pedagógico, ele traz essa previsão de responsabilização que não passa necessariamente por uma penalização, portanto,

ele não tem nenhum caráter de direito penal. A matéria aqui não é de direito penal, porque não penaliza — frisou.

A juíza, que há 15 anos está à frente do Programa Justiça Comunitária — que atua na democratização do acesso à Justiça no Distrito Federal —, alerta sobre a escolha de um caminho mais fácil para resolver os problemas de conflitos no ambiente escolar.

— Eu tenho muito medo que, por oportunismo político e populismo criminal, a gente transforme algo tão sério que é a violência no ambiente escolar em mera penalização. Porque penalizar é a última das razões que uma sociedade, que um Estado tem para resolver um conflito — argumentou.

Pontos da proposta

- Institui o Programa de Combate à Violência Sistemática.
- Considera violência sistemática a sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos.
- Conceitua os atos como *bullying* físico, psicológico, moral, verbal, sexual, social, material e virtual.
- Pretende capacitar profissionais da educação, criar campanhas de conscientização e orientar familiares e responsáveis.
- Determina publicação de relatórios anuais de *bullying* em escolas.
- Permite que municípios, estados e o Distrito Federal firmem convênios e parcerias para a implementação do programa.

Cultura de paz é alternativa para prevenir problema

O toque de Beethoven no sinal do intervalo da escola ecoa ao longe, os alunos entram e saem das salas em movimento frenético e barulhento. Esse é um dia rotineiro no Centro de Ensino Fundamental 20, em Ceilândia.

— Aqui a campanha não toca como em outras escolas, os alunos escolheram democraticamente qual música queriam ouvir nos intervalos e no recreio. Foi feita uma eleição — informa orgulhosa a coordenadora pedagógica, Robervânia Teixeira.

O inusitado toque dá o tom ao visitante de que aquela é uma escola diferente. Mesmo numa das regiões mais pobres do Distrito Federal, o CEF 20, como é mais conhecido, tem mostrado que é possível promover uma cultura de paz.

— Quando eu cheguei aqui, em 2002, esta escola era vista como um segundo Cajá (antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado para cumprimento de medidas socioeducativas por menores infratores). Tínhamos policiamento 24 horas. A gente via dentro da escola um ambiente de medo. Os professores estavam com medo, os alunos estavam com medo, porque a gente tinha gângues, tinha um ambiente muito conflituoso dentro da escola. Então a gente começou a ter ações contrárias à violência e foi aí que a gente foi vencendo — lembra.

A Justiça Comunitária do TJDFT está contribuindo para diminuir os conflitos entre alunos, professores e a comunidade na escola. Uma parceria com a regional de ensino implantou o projeto-piloto Vozes da Paz, um grupo coordenado de

professores e alunos no Círculo da Paz, na busca da resolução de conflitos, sem a necessidade de judicializar as questões.

— A gente trabalha com os princípios da mediação e, a partir desses princípios, que são o diálogo, os valores da comunicação não violenta, da responsabilidade e do respeito, a gente busca que as pessoas possam lidar com seus conflitos de uma maneira construtiva, de uma maneira positiva — explica Rogério Gonçalves, analista judiciário responsável pelo projeto na escola.

Círculo da Paz

A professora de teatro Glaucilene Soares conta que foi aluna da escola na época em que a violência ainda dominava o ambiente.

— Eu era aluna quando era considerada uma escola-Cajá. Era professor levando soco na cara, polícia no portão... A gente aparecia no jornal, mas aparecia de uma forma agressiva, violenta. Conforme a escola foi evoluindo, eu, enquanto aluna, também fui evoluindo — relembra.

Ela conta que o projeto envolveu os alunos em busca da resolução dos conflitos antes que gerem a violência.

— A escola me escolheu para ser a aluna que fosse falar da paz, que fosse mediar conflitos e agora, em 2015, eu tenho muito orgulho em falar da escola da qual eu fui aluna e, hoje em dia, eu trabalho nela de uma forma positiva — revela.

A juíza Gláucia Foley, coordenadora do Justiça Comunitária, informa que o projeto foi im-

plantado como piloto em duas escolas, inicialmente no Centro de Ensino Fundamental 35, também em Ceilândia, no final de 2012 e, em 2014, no CEF 20.

Paz sem voz é medo

Ela explica que a violência, como todo conflito, acontece de uma necessidade que não é satisfeita e, muitas vezes, é preciso apenas dar voz aos insatisfeitos para que o processo de paz ocorra.

— A primeira premissa que nós adotamos no Vozes da Paz é que a violência escolar está disseminada em todos os segmentos escolares. Há uma tendência muito preconceituosa de estigmatizar o jovem como o problema, a fonte da violência. Em geral, a violência nas escolas acontece nos silêncios que são impostos, muitas vezes, aos alunos ditos problemáticos, que não têm voz — destacou.

Rogério Gonçalves informa que no Círculo da Paz os adolescentes aprendem a dialogar para lidar com as situações de conflito.

— Para promover a paz, não quer dizer que o ambiente não

tenha mais conflitos. A gente acredita que existem os conflitos. O que muda, na verdade, é a forma de como lidar com esses conflitos. Agora as pessoas têm um espaço para dialogar, para conversar e tomarem decisões — explica.

Vinícius Nogueira, 13 anos, participa do projeto e mostra que aprendeu a lição:

— A gente tem que trabalhar o mental. Quando ocorre uma briga a gente pode tentar separar e aquela pessoa pode xingar a gente, falar palavras que não são boas. A gente tem que preparar o mental para saber que aquilo não vai atingir a gente, não vai surtir efeito. Que a pessoa está falando bobeira, besteira, porque está com raiva — analisa.

Outro aluno, Yan Carlos Nobre dá dicas de como reagir às brigas no ambiente escolar:

— No projeto, a gente aprende a combater as brigas e os conflitos. Acho importante saber como se portar numa briga. Nem tudo é violência. O diálogo é a maior briga, porque eu estou confrontando o mental e isso é mais que "porrada" — constata.



Convivência no ambiente escolar melhorou após participação em programa da Justiça

Alunos reconhecem maus-tratos, porém não identificam como violência sistemática

Uma das questões reveladas pela pesquisa *Bullying Escolar no Brasil*, feita em 2009 pela ONG Plan International, é que, ao serem entrevistados, os alunos não conheciam o termo *bullying*, mas, ao descrever o ato praticado, eles imediatamente o reconheceram como prática de maus-tratos na escola.

Os questionários foram aplicados entre de outubro e dezembro de 2009 em 25 escolas, sendo 20 da rede pública e 5 da rede privada, convidadas a participar da pesquisa com amostras aleatórias de alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, nas cinco regiões do país. Ao todo, 5.168 estudantes responderam à pesquisa.

A maioria (69,4%) afirmou não participar dos maus-tra-

tos aos colegas, porém uma parcela considerável (19,1%) disse ter participado de um ou dois episódios de violência, enquanto 10% dos estudantes pesquisados revelaram praticar o *bullying*.

O gerente de Estratégia de Programas da Plan International no Brasil, Gabriel Barbosa, explica que, muitas vezes, a prática de certos atos não era percebida pelos alunos como sendo uma violência sistemática e a pesquisa acabou jogando luz sobre o problema. Ele também ressaltou que identificar o *bullying* foi uma questão importante para implementar os projetos da ONG, que esbarra na dificuldade de entender o porquê de certos alunos evitarem o ambiente escolar e

até desistirem dos estudos.

— Nós escutávamos muito os professores e os alunos que falavam desse problema, de sofrerem violência, muitos tinham medo de frequentar a escola, porque havia colegas que praticavam *bullying* — relatou.

Ainda de acordo com a pesquisa, os casos de violência sistemática mais frequentes foram os de agressão verbal, por meio de xingamentos, apelidos pejorativos, insultos e ameaças. Para os professores pesquisados, o problema não é notado pelos alunos como inadequado e que pode gerar situações de violência.

— A percepção que os alunos tinham, os professores tinham

era de que isso (agressão verbal) não era *bullying*. E quando você consegue caracterizar como uma violência, então chama a atenção para um problema, que não havia sido identificado — informou.

Barbosa também contou que a pesquisa rendeu frutos e destacou a iniciativa do governo do estado do Maranhão de aprovar uma lei (Lei 9.297, de 17 de novembro de 2010) na qual recomenda às instituições de ensino públicas e particulares incluírem em seus projetos pedagógicos medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao *bullying* escolar.

— A gente aprovou em nível estadual, mas também nos municípios. Em Codó, interior do

Maranhão, a gente conseguiu aprovar uma lei municipal e tem trabalhos brilhantes de escolas que diminuíram muito a incidência do *bullying*, gerando bons indicadores, como a queda no número de alunos suspensos por mau comportamento — comemorou.



Aluno do Programa Educar para a Paz, da ONG Plan International, no Maranhão

Pesquisa *Bullying* Escolar no Brasil

FREQÜÊNCIA DOS MAUS-TRATOS				
Não maltratei	1-2 vezes	3-6 vezes	uma vez por semana	várias vezes por semana
69,4%	19,1%	3,8%	1,6%	1,9%
todas os dias 2,7%				
MANIFESTAÇÕES DE MAUS-TRATOS				
Não fui maltratado na escola em 2009	42,8%			
Xingaram-me	9,8%			
Colocaram apelidos vexatórios em mim	5,7%			
Ameaçaram-me	4,8%			
Disseram coisas maldosas sobre mim ou sobre minha família	4,7%			
Insultaram-me por causa de alguma característica física	4,5%			
Deram-me socos, pontapés ou empurrões	3,8%			
Deram risadas e apontaram para mim	3,7%			
Fizeram com que os outros não gostassem de mim	3,4%			
Inventaram que peguei coisas dos colegas	2,2%			
Puxaram meu cabelo ou me arranharam	2,0%			
Não me deixaram fazer parte do grupo de colegas	1,9%			
Estragaram minhas coisas	1,7%			
Ignoraram-me completamente, me deram "gelo"	1,5%			
Insultaram-me por causa da minha cor ou raça	1,5%			
Pegaram sem consentimento meu dinheiro ou minhas coisas	1,1%			
Fizeram brincadeiras por causa do meu sotaque	0,8%			
Encurralaram-me contra a parede	0,7%			
Forçaram-me a agredir outro colega	0,7%			
Humilharam-me por causa da minha orientação sexual	0,7%			
Perseguraram-me dentro ou fora da escola	0,7%			
Assediaram-me sexualmente	0,6%			
Fui obrigado a entregar dinheiro ou minhas coisas	0,5%			
Abusaram sexualmente de mim	0,2%			

Fonte: Fundação Instituto de Administração - FIA

Alunos falam sobre a experiência no Círculo da Paz

- Elaine Rodrigues, 14 anos, 8º ano "É importante participar. A gente pode ajudar as pessoas em conflito, melhora dentro de casa."
- Michaely Monic, 14 anos, 8º ano "Muitas pessoas dão palpite, mas eu sei que vai valer a pena."
- Vinícius Nogueira, 13 anos, 8º ano "Eu posso dar minha opinião e conseguir melhorar a escola, tentando impedir as brigas."
- Melissa Gomes, 13 anos, 8º ano "Como todos têm uma opinião, eu também acho que a minha pode ajudar em alguma coisa."
- Sarah Sardeiro, 14 anos, 9º ano "Está sendo muito bom, acho que pra todo mundo."
- Athyrson Yuri, 14 anos, 9º ano "Eu era de encrenca, eu brigava demais, eu melhorei depois que entrei no projeto. Ajudou bastante."
- Camilla Teixeira, 14 anos, 9º ano "Eu me identifiquei muito nele, com isso eu posso melhorar meu jeito de separar os conflitos."
- Yan Carlos Nobre, 15 anos, 9º ano "Fui chamado e aproveitei a oportunidade. Posso melhorar a escola e implantar a paz."

Saiba mais

Leia na íntegra o texto do substitutivo ao PL 68/2013: <http://bit.ly/PL68de2013>

Acesse os dados completos da pesquisa sobre o *bullying*: <http://bit.ly/pesquisaBullying>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania